

ANÁLISE DE PESQUISAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO RURAL¹

WERLE, F. B., Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, email: fhelippebw@hotmail.com;
YUBA, A. N., Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, email: naguissa@gmail.com

ABSTRACT

Rural housing production in Brazil is like as a minor issue when compared to urban production. It is not properly developed and it is both, under and misaddressed by public policies. Even with National Rural Housing Program (PNHR), the rules that should ensure the participation of beneficiaries in the housing production, to make them suitable for their way of life and their needs are not clear yet. This fact enables the autonomy and arbitrariness of those responsible for the public policies implementation, generating inadequate and standardized housing. This paper focus on social participation and aims to characterize participatory strategies adopted during the process of rural social housing production. Furthermore, it analyzes the outcomes of performed result of researches that used the research-action as a method in some rural communities. Based on this literature review it is possible to identify strategies, challenges, conflicts, and results in the different stages of such process.

Palavras chave: Social participation. Action research. Rural housing.

1 INTRODUÇÃO

A moradia digna é um direito reconhecido e implantado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Possibilitar que a população participe das decisões em torno da moradia, é promover o acesso a este direito.

A participação é balizada por diferentes origens, partindo de reivindicações da base popular, de relações clientelistas, como instrumentos de redução de custo, ou como ferramenta técnica participativa por meio de diretrizes políticas (Shimbo, 2004).

Durante a evolução dos programas habitacionais, não existiram políticas públicas para habitação rural envolvendo a participação dos moradores. Somente em 2009, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), prevendo que os projetos considerassem as particularidades do meio rural e parâmetros de sustentabilidade (BRASIL, 2011).

1.1 Os problemas da participação social no PNHR

Algumas regras impostas para a implementação do Programa são vagas, permitindo autonomia na atuação das Entidades responsáveis, resultando

¹ WERLE, F. B., YUBA, A. N. Análise de pesquisas sobre a participação social na produção habitação rural. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 18., 2018, Foz do Iguaçu. **Anais...** Porto Alegre: ANTAC, 2018.

na falta de envolvimento dos beneficiários que se tornam apenas receptores das propostas (Andrade, 2015)

Para Carvalho et al. (2016) as especificações técnicas estabelecidas para o PNHR levam a formatação de um programa de necessidades semelhante ao da casa urbana.

1.2 Método

Diante disso, este trabalho busca comparar estratégias participativas, resultados, dificuldades e conflitos no processo de criação de habitação social rural, analisando, por meio de uma revisão bibliográfica, os trabalhos de Shimbo (2004), Cardoso et al. (2009), Cerqueira (2016), Perrin e Ferreira (2016), todos desenvolvidos em assentamentos rurais aplicando como método a pesquisa-ação.

2 COMPARAÇÃO ENTRE ABORDAGENS

2.1 Aproximação entre os sujeitos

Na pesquisa-ação é necessário o envolvimento e a inserção dos pesquisadores entre os atores do processo, junto do público alvo. Nos casos estudados, a aproximação teve diferentes motivações e se deu de várias formas:

- Fazenda Pirituba (Itapeva/SP): enquanto as famílias agrupavam-se para viabilizar a habitação, os pesquisadores buscavam famílias para propor construções com recursos locais. A relação de confiança foi facilitada através do contato com um vereador local (com histórico anterior no assentamento) e outras lideranças locais respeitadas na comunidade, pelos seus antecedentes no assentamento (Shimbo, 2004);
- Comunidade Agrária Nova São Carlos (São Carlos/SP): a busca dos pesquisadores em conceber uma habitação a partir da produção local de tecnologias ocorreu no momento histórico em que as famílias assentadas iniciavam a construção das casas. Uma família se disponibilizou a apresentar os pesquisadores aos representantes da comunidade e formou-se um grupo de trabalho relacionado às construções das casas (Perrin e Ferreira, 2016).
- Assentamento Olga Benário (Visconde do Rio Branco/MG): os pesquisadores da UFV vincularam-se ao MST, onde já haviam ministrado cursos de capacitação anteriores, para atender demanda da Associação Estadual de Cooperação Agrícola para desenvolver uma experiência modelo (Cardoso et al., 2009);
- Assentamento Maisa (Mossoró/RN): a inserção ocorreu pelo MST, com quem Cerqueira (2016) mantinha vínculo profissional (assistência técnica). Segundo a autora, o MST é um movimento de massa que objetiva transformar sua própria condição social, o que justifica seu

empenho em viabilizar a atuação dos pesquisadores nos assentamentos.

Mostra-se importante identificar os atores da rede de cooperação e sua relevância para a comunidade, considerando histórico e experiências vivenciadas no assentamento.

Estabelecer confiança pode ser dificultado se a aproximação ocorrer por atores que protagonizaram experiências negativas, como o exemplo relatado por Cardoso et al. (2009) sobre falta de assistência técnica e imposição de modelos de moradia pré-estabelecidos pelo INCRA, no Assentamento Olga Benário, provocando “desespero” aos assentados.

2.2 Encontros entre os sujeitos

Atividades participativas demandam reuniões, necessitando de espaço físico e frequência adequados à rotina local.

- Assentamento Maisa: as reuniões e oficinas ocorreram no próprio acampamento, contando com a participação da base assentada e lideranças do MST;
- Fazenda Pirituba: realizaram-se periodicamente (quinzenalmente de início e semanalmente para discussão do projeto da casa) em locais comunitários diversos, buscando proximidade das Agrovilas e subgrupos;
- Assentamento Olga Benário: as famílias cederam espaço nas reuniões do Núcleo de Base, com local predefinido e frequência quinzenal.
- Comunidade Agrária Nova São Carlos: ocorreram semanalmente no galpão de encontros sociais, porém sem êxito, por falta de condições das famílias (Perrin e Ferreira, 2016).

Fomentando a participação nas atividades coletivas, deve-se considerar disponibilidade de tempo dos sujeitos, periodicidade das reuniões, condições de transporte, rotinas das famílias, priorizando espaços adequados junto dos assentamentos.

2.3 A importância de conhecer o público

Etapa importante desse processo consiste na compreensão do público em questão.

- Shimbo (2004) aplicou um questionário levantando dados socioeconômicos e realizou observação direta sobre as condições da habitação existente, documentando-a com fotos e desenhos. Nas reuniões, recolheu relatos sobre trajetórias de vida, origem e experiências anteriores. No levantamento constataram-se diferenças quanto à localização geográfica, formas de organização (coletiva ou individualista) em razão de experiências anteriores e distintas necessidades (construção ou reforma), motivando a organização em subgrupos.

- Cerqueira (2016) aplicou um questionário a cada família, abrangendo perfil socioeconômico, histórico e situação de moradia. Outro questionário coletivo foi aplicado por núcleo de famílias, verificando os anseios por infraestrutura, equipamentos coletivos, modo de produção, organização e moradia. Apesar disso, no decorrer dos trabalhos, conflitos relacionados ao modo de construção (mutirão e contratação) resultaram no desligamento da pesquisadora das atividades;
- Cardoso et al. (2009) buscaram essas percepções por meio da vivência, pernoitando e acompanhando as rotinas das famílias. Os autores relataram dificuldades no desenvolvimento do projeto, relacionadas às diferentes origens das famílias (rural e urbano) e suas diferentes concepções de casa, modos de vida, hábitos e necessidades.

Além da situação atual dos assentados, buscou-se, por meio de diferentes estratégias, entender as origens, histórico e experiências das famílias, informações que refletiram na compreensão dos seus anseios em torno da moradia.

Essas compreensões fornecem subsídios para lidar com divergências de interesses ou diferentes formas de sociabilidade, facilitando a organização dos grupos.

A organização em subgrupos pode facilitar a mediação e evitar conflitos, permitindo melhor adequação das propostas. Haverá, porém, aumento das atividades, necessitando reorganizá-las, eleger e capacitar representantes dos subgrupos, sob o risco de ocorrer um trabalho mal desempenhado.

2.4 Discussões a partir da casa

A partir da habitação rural surgem outras discussões, como a relação da casa com a cidade, com o centro comunitário, de um cômodo com o outro, da casa com os usuários e suas atividades produtivas e a relação destes com a comunidade (Shimbo, 2004).

Essas relações influenciam no planejamento do habitat, considerando, por exemplo, a necessidade de atendimento por energia, água, saneamento e acessibilidade (Cerqueira, 2016).

Conforme Cerqueira (2016), a relação entre espaço e identidade cultural fica clara, quando os próprios assentados estruturam o assentamento, devendo considerar também, segundo Perrin e Ferreira (2016) as novas possibilidades de interação rural - urbano.

O meio rural é um ambiente heterogêneo e as infinitas configurações possíveis combinando relações que transcendem a escala da edificação, envolvendo até valores subjetivos, ressaltam a importância da produção participativa da habitação rural e a inadequação da padronização habitacional e da replicação da moradia urbana.

2.5 Elaboração do programa de necessidades

O levantamento das necessidades, anseios, condições, contexto ambiental, produz subsídios ao projeto.

- Comunidade Nova São Carlos: as estreitas relações sociais construídas entre os participantes e a única família para a qual o projeto modelo foi desenvolvido facilitaram essa etapa;
- Assentamento Olga Benário: as necessidades das 30 famílias foram percebidas pela vivência dos pesquisadores nas moradias provisórias, estratégia que depende do número de famílias, sua receptividade e disponibilidade dos pesquisadores;
- Fazenda Pirituba: foi proposta às 49 famílias beneficiadas a dinâmica sobre “o que tinha de bom e ruim onde eu morava antes” e “o que tem de bom e ruim onde moro hoje”. Seguindo ao interior da casa, perguntou-se “o que é casa?” e a partir das relações entre espaços questionando “qual o primeiro cômodo da casa partindo da entrada principal”. O detalhamento dos cômodos foi pensado a partir dos móveis e sua relação com os demais cômodos.
- Assentamento Maisa: os assentados expressavam seus desejos e necessidades durante a realização das oficinas, que foram prejudicadas por pressão do INCRA em função de eventos políticos, resultando em um projeto padronizado para as 400 famílias;

Diferentes abordagens moldam-se pelas possibilidades dos pesquisadores diante da configuração de cada caso, considerando o número de beneficiários, disponibilidade de tempo e pessoal, interferências externas, influenciando no resultado do trabalho.

2.6 Escolha dos materiais

É importante para esta etapa, considerar a disponibilidade de recursos locais possíveis de utilização, podendo nortear a elaboração do projeto.

- Comunidade Agrária Nova São Carlos: a possibilidade de utilizar terra e eucalipto local e de reutilizar paletes de madeira descartados deu partido ao projeto da habitação.
- Assentamento Olga Benário: as famílias rejeitaram utilizar materiais e técnicas alternativas como opção para reduzir custo, associando-os a casas provisórias ou barracos, alegando demandar tempo e trabalho enquanto havia oferta de materiais convencionais na região.
- Fazenda Pirituba: além de alegarem dificuldade em produzir adobe e elementos de madeira, idealizava-se a “casa de material” como única opção durável, confortável e segura, resultando também em rejeição por grande parte das famílias.

2.7 Discutindo o projeto

Ao discutirem o projeto, os assentados podem apresentar dificuldades de compreensão.

- Cardoso et al. (2009) confeccionaram uma maquete com peças encaixáveis simulando paredes e móveis, permitindo que os assentados compreendessem sobre as possibilidades e limitações dos espaços.
- Shimbo (2004) simulou as plantas sobre papel, onde eram colados recortes de móveis, conforme os participantes julgavam adequado. Os modelos resultantes foram desenhados e discutidos, agrupados e reduzidos em número conforme semelhanças e diferenças, para então apresentar suas maquetes físicas.

O desafio nessa etapa é romper a fronteira entre os diferentes níveis de conhecimento e compreensão dos meios de representar a moradia, exigindo criatividade e didática dos pesquisadores.

3 CONCLUSÕES

Muitas particularidades em torno da habitação rural se mantêm esquecidas nas políticas públicas, pela inexistência de um processo verdadeiramente participativo.

Observa-se a importância do mapeamento dos atores, buscando aproximação balizada na confiança entre estes, que podem possuir diferentes interesses em torno de um mesmo objetivo. É necessário, portanto, fomentar a participação do maior número possível de interessados.

A dificuldade em lidar com opiniões divergentes gera conflitos, frustração e risco de rompimento da relação entre os sujeitos. Os atores envolvidos no processo estão suscetíveis, também, a influências de atores externos (comerciais e políticos).

É importante promover a noção de democracia, possibilitando reconhecimento dos papéis e atribuições dos atores desse processo participativo. Deveriam, então, os pesquisadores, não apenas esperar o aceite pela comunidade de tudo que é proposto, mas buscar proporcionar à comunidade condições que possibilitem a tomada de decisão diante de diferentes possibilidades?

O papel pedagógico do pesquisador evidencia-se ao permitir a compreensão de todos sobre as diversas questões que compõem o processo, elaborando estratégias criativas para superar as dificuldades.

Percebe-se não haver um método pré estabelecido de sucesso, mas uma ordem lógica de etapas, cada uma produzindo subsídios para a seguinte, com abordagens que se moldam e se definem conforme exige cada situação, considerando a complexidade do ambiente rural.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à UFMS pelo apoio necessário para a realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Alice R. **Análise da implementação do programa nacional de habitação rural em municípios da microrregião de Viçosa –MG**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais. 2015.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Portaria nº406, de 02 de setembro de 2011**. Disponível em:
http://www.lexeditora.com.br/doc_22033879_PORTARIA_N_406_DE_2_DE_SETEMBRO_DE_2011.aspx. Acesso em 13 nov. 2017.

CARDOSO, Fernando P. et al. **Projeto arquitetônico e participação popular: as dimensões formais, simbólicas e políticas da moradia e da habitação em assentamentos de reforma agrária**. Revista Labor e Engenho v.3, n.1, p. 70-81, 2009.

CARVALHO, Aline W. B.; PAULA, Nayara E. S.; PEREIRE, Dafhini A. G. **Programa Nacional de Habitação Rural e modo de morar no campo: reflexões a partir da casa rural na Zona da Mata mineira**. Paranoá: caderno de arquitetura e urbanismo, n.17, 2016.

CERQUEIRA, Maria C. T. **Projeto de Assentamento Maisa: Conflito entre os Saberes Técnico e Popular no Processo de Planejamento Físico-Espacial do Seu Habitat**. Paranoá: caderno de arquitetura e urbanismo, n.17, 2016.

PERRIN, Anais G.; FERREIRA, Thiago L. **Casa Suindara: Formação, experimentação e construção no habitat rural**. Paranoá: caderno de arquitetura e urbanismo, n.17, 2016.

SHIMBO, Lúcia Z. **“A casa é o pivô”: mediações entre o arquiteto, o morador e a habitação rural**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2004